



| | | |
|---|---|---|
|  MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA <hr/> DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS  IRC MODELO 22 | Comprovativo de Entrega da Declaração Modelo 22 Via Internet | Elementos para validação do Comprovativo N.º de Contribuinte: 503231754 Cód. Validação: VJLGPOAOFPLP <small>Para validar este comprovativo aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, opção "Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.</small> |
| | Ano: 2024 Identificação da Declaração: 0728-C0930-2 Data de Receção: 2024-07-14 | |

| | |
|-----------|--|
| 01 | PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO |
| 1 | De 2023-01-01 a 2023-12-31 2 2023 |

| | |
|-----------|--|
| 02 | ÁREA DA SEDE, DIREÇÃO EFETIVA OU ESTABELECIMENTO ESTÁVEL |
| 1 | Serviço de Finanças da sede ou do estabelecimento estável Código: 0728 COIMBRA-1 |
| 2 | Serviço de finanças da direção efetiva Código: 0728 COIMBRA-1 |

| | |
|-----------|--|
| 03 | IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO |
| 1 | DESIGNAÇÃO: UNIVERSEGUROS SOC DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS LDA |
| 2 | N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF): 503231754 |

| | |
|----------|---|
| 3 | TIPO DE SUJEITO PASSIVO |
| 1 | Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola <input checked="" type="checkbox"/> |
| 2 | Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola <input type="checkbox"/> |
| 3 | Não residente com estabelecimento estável <input type="checkbox"/> |
| 4 | Não residente sem estabelecimento estável <input type="checkbox"/> |

| | |
|------------|--|
| 3-A | QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA NOS TERMOS DO ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 372/2007, DE 6 DE NOVEMBRO OU COMO COOPERATIVA |
| 3 | Micro empresa <input checked="" type="checkbox"/> |
| 4 | Pequena empresa <input type="checkbox"/> |
| 1 | Média empresa <input type="checkbox"/> |
| 2 | Não PME <input type="checkbox"/> |
| 5 | Cooperativa <input type="checkbox"/> |
| 6 | Indique se se qualifica como empresa de pequena-média capitalização [(Small Mid Cap (SMC)] <input type="checkbox"/> |

| | |
|------------|--|
| 3-B | ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO |
| 1 | Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF <input type="checkbox"/> |

| | |
|------------|--|
| 3-C | IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS (Art.º 5.º, n.º 9) |
| 1 | É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º? Sim <input type="checkbox"/> |

| | |
|----------|---|
| 4 | REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS |
| 1 | Geral <input checked="" type="checkbox"/> |
| 3 | Isenção definitiva <input type="checkbox"/> |
| 4 | Isenção temporária <input type="checkbox"/> |
| 5 | Redução de taxa <input type="checkbox"/> |
| 6 | Simplificado <input type="checkbox"/> |
| 7 | Transparência fiscal <input type="checkbox"/> |
| 8 | Grupos de sociedades <input type="checkbox"/> |
| 9 | NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4) <input type="text"/> |
| 10 | Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril) Sim <input type="checkbox"/> |
| 11 | Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7? Sim <input type="checkbox"/> |
| 12 | Artigo 36.º-A do EBF <input type="checkbox"/> |
| 13 | Regime especial das atividades de transporte marítimo (Dec.-lei n.º 92/2018, de 13 de novembro) <input type="checkbox"/> |

| | |
|------------|--|
| 4-A | TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11) |
| 1 | Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino: Países da UE/EEE <input type="checkbox"/> |
| 2 | Outros <input type="checkbox"/> |

| | |
|---|---|
| 04 | CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO |
| 1 | TIPO DE DECLARAÇÃO |
| 1 | <input checked="" type="checkbox"/> 1.ª Declaração do período |
| 2 | <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2) |
| 3 | <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) |
| 4 | <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9) |
| 5 | <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal |
| 6 | <input type="checkbox"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3) |
| Data de notificação da decisão/sentença Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ | |

| | | | |
|---|-------------------------------------|--|-----------------------------|
| 2 | DECLARAÇÕES ESPECIAIS | 3 | ANEXOS |
| Declaração com período especial de tributação | | | |
| Declaração do grupo | Declaração do período de liquidação | Declaração do período de cessação | Antes da alteração |
| 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| | | Após a alteração | Antes da dissolução |
| | | 5 <input type="checkbox"/> | 9 <input type="checkbox"/> |
| | | Após a dissolução | 10 <input type="checkbox"/> |
| | | 6 <input type="checkbox"/> | 11 <input type="checkbox"/> |
| Data da cessação | | Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável) | |
| Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ | | Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ | |
| 7 <input type="checkbox"/> | | Data da dissolução | |
| 8 <input type="checkbox"/> | | Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ | |
| 6 <input type="checkbox"/> | | 8 <input type="checkbox"/> | |

| | |
|-----------|--|
| 05 | IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E DO CONTABILISTA CERTIFICADO |
| 1 | NIF do representante legal: 111249953 |
| 2 | NIF do contabilista certificado: 162711689 |
| 3 | Data da receção: 2024-07-14 |
| 4 | Caso tenha ocorrido justo impedimento (art.º 12.º-A do DL n.º 452/99, de 5 de novembro), indique: Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ |
| 5 | Facto que determinou o justo impedimento: Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ |
| 6 | Data do início da ocorrência do facto: Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ |
| 6 | Data da cessação do facto: Ano: _____ Mês: _____ Dia: _____ |

| 07 | APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL | |
|--|--|---------------|
| | RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 701 12.481,55 |
| | Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)] | 702 0,00 |
| | Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7) | 703 0,00 |
| | Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º) | 704 0,00 |
| | Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7) | 705 0,00 |
| | Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas) | 706 0,00 |
| | Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas) | 707 0,00 |
| | SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707) | 708 12.481,55 |
| A ACRESCEER | Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º) | 709 0,00 |
| | Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2) | 710 0,00 |
| | Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5) | 711 0,00 |
| | Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5) | 782 0,00 |
| | Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8) | 712 0,00 |
| | Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9) | 713 0,00 |
| | Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11) | 714 0,00 |
| | Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12) | 715 0,00 |
| | Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5) | 717 0,00 |
| | Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros | 721 0,00 |
| | IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)] | 724 4.298,45 |
| | Impostos diferidos [art.º 23.º-A, n.º 1, al. a)] | 725 0,00 |
| | Despesas não documentadas [art.º 23.º-A, n.º 1, al. b)] | 716 0,00 |
| | Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º-A, n.º 1, al. c)] | 731 0,00 |
| | Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º-A, n.º 1, al. c)] | 726 0,00 |
| | Despesas ilícitas [art.º 23.º-A, n.º 1, al. d)] | 783 0,00 |
| | Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º-A, n.º 1, al. e)] | 728 0,00 |
| | Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º-A, n.º 1, al. f)] | 727 0,00 |
| | Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º-A, n.º 1, al. g)] | 729 0,00 |
| | Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º-A, n.º 1, al. h)] | 730 0,00 |
| | Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º-A, n.º 1, al. i)] | 732 0,00 |
| | Encargos com combustíveis [art.º 23.º-A, n.º 1, al. j)] | 733 0,00 |
| | Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º-A, n.º 1, al. k)] | 784 0,00 |
| | Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º-A, n.º 1, al. m)] | 734 0,00 |
| | Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º-A, n.º 1, al. o)] | 735 0,00 |
| | Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º-A, n.º 1, al. p)] | 780 0,00 |
| | Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º-A, n.º 1, al. q)] | 785 0,00 |
| | Contribuição extraordinária sobre a indústria farmacêutica [art.º 23.º-A, n.º 1, al. s)] | 802 0,00 |
| | Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º-A, n.º 1, al. r) e n.º 7] | 746 0,00 |
| | 50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes de capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final) | 737 0,00 |
| | Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º-A, n.ºs 2 e 3) | 786 0,00 |
| | Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º-A a 28.º-C) | 718 0,00 |
| | Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31.º-B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos | 719 0,00 |
| 40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9) | 720 0,00 | |
| Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º) | 722 0,00 | |
| Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º) | 723 0,00 | |
| Menos-valias contabilísticas | 736 0,00 | |
| Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)] | 738 0,00 | |
| Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º) | 739 0,00 | |
| 50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1) | 740 0,00 | |
| Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6) | 741 0,00 | |

| 07 | APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.) | | | |
|---|--|---|-----------|------|
| A ACRESCER (cont.) | Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12] | 742 | 0,00 | |
| | Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º) | 743 | 0,00 | |
| | Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A) | 787 | 0,00 | |
| | Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8) | 744 | 0,00 | |
| | Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3 al. a)] | 745 | 0,00 | |
| | Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º) | 747 | 0,00 | |
| | Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º) | 748 | 0,00 | |
| | Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1) | 749 | 0,00 | |
| | Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3) | 788 | 0,00 | |
| | Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º) | 750 | 0,00 | |
| | Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11) | 789 | 0,00 | |
| | Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11) | 790 | 0,00 | |
| | Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF) | 751 | 0,00 | |
| | Assimetrias híbridas e assimetrias de residência fiscal (art.ºs 68.º-B, n.º 1 e 68.º-D, n.º 1) | 803 | 0,00 | |
| | Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF) | 779 | 0,00 | |
| | Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI) | 797 | 0,00 | |
| | Gastos e perdas relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro) | 799 | 0,00 | |
| | Contribuições de solidariedade temporária sobre os setores da energia e da distribuição alimentar (art.º 16.º da Lei n.º 24-B/2022, de 30 de dezembro) | 804 | 0,00 | |
| | Outros acréscimos | 752 | 0,00 | |
| | SOMA (campos 708 a 752) | 753 | 16.780,00 | |
| | A DEDUZIR | Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do DR 25/2009, de 14/9] | 754 | 0,00 |
| | | Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º) | 755 | 0,00 |
| | | Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2) | 756 | 0,00 |
| | | Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5) | 757 | 0,00 |
| | | Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5) | 791 | 0,00 |
| | | Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8) | 758 | 0,00 |
| Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9) | | 759 | 0,00 | |
| Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11) | | 760 | 0,00 | |
| Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12) | | 761 | 0,00 | |
| Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º-A, n.º 3) | | 762 | 0,00 | |
| Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9) | | 763 | 0,00 | |
| Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7) | | 781 | 0,00 | |
| Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4) | | 764 | 0,00 | |
| Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos | | 765 | 0,00 | |
| Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)] | | 766 | 0,00 | |
| Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A) | | 792 | 0,00 | |
| Mais-valias contabilísticas | | 767 | 0,00 | |
| 50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5.º, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, 1.ª parte) | | 768 | 0,00 | |
| Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º) | | 769 | 0,00 | |
| Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º) | | 770 | 0,00 | |
| Dedução dos rendimentos de direitos de autor e de direitos de propriedade industrial com o limite do n.º 8 do artigo 50.º-A | | 793 | 0,00 | |
| Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.ºs 51.º e 51.º -D) | | 771 | 0,00 | |
| Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A) | | 794 | 0,00 | |
| Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)] | | 772 | 0,00 | |
| Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º) | | 795 | 0,00 | |
| Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas das partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º) | | 773 | 0,00 | |
| Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11) | | 796 | 0,00 | |
| Benefícios fiscais | | 774 | 780,11 | |
| Réditos e rendimentos relativos às atividades de transporte marítimo às quais é aplicável o regime especial de determinação da matéria coletável (art.º 6.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro) | | 800 | 0,00 | |
| Aumento das depreciações ou amortizações resultantes das reavaliações efetuadas nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (art.º 8.º do Decreto-Lei) | | 801 | 0,00 | |
| Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º do anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto) | | 798 | 0,00 | |
| Outras deduções | | 775 | 0,00 | |
| SOMA (campos 754 a 775) | 776 | 780,11 | | |
| PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753) | 777 | 0,00 | | |
| LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 ≥ 776) (a transportar para o quadro 09) | 778 | 15.999,89 | | |

| 08 | | REGIMES DE TAXA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|--|---|----------------|---------------------|-----------------|----------------------------------|-----------|---|--|---|--|--|-----|---------|-------|-----|-------|---|-----|---------|-------|-----|-------|
| 08.1 | | REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA | | | | ASSINALAR COM X | TAXAS DE TRIBUTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF) | | | | | | 242 | 20% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do Interior (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF) | | | | | | 245 | 12,5% / 21% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do interior (R.A. Madeira) (artigo 19.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 28.º - A/2021/M, de 30 de dezembro) | | | | | | 269 | 8,75%/14,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do interior (R.A. Açores) (artigo 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro) | | | | | | 270 | 8,75%/14,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16/12) | | | | | | 248 | 20% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF) | | | | | | 260 | 3 % | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF) | | | | | | 265 | 5 % | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | 247 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 08.2 | | REGIME GERAL | | | | ASSINALAR COM X | TAXAS DE TRIBUTAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1) | | | | | | 246 | 11,9% / 14,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2) | | | | | | 249 | 11,9% / 14,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4) | | | | | | 262 | 25% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mais-valias imobiliárias / incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4) | | | | | | 263 | 25% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4) | | | | | | 266 | 25% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF) | | | | | | 267 | 10% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rendimentos de capitais não sujeitos a retenção na fonte a título definitivo | | | | | | 268 | 5% / 10% / 12% / 15% / 25% / 35% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável e não sujeitos a retenções na fonte a título definitivo | | | | | | 264 | 5% / 10% / 12% / 15% / 25% | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 09 | | APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (transporte do Q. 07) | | Cód. | Regime geral | Cód. | Com redução de taxa | Cód. | Com isenção | Cód. | Regime simplificado (em vigor até 2010) | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. PREJUÍZO FISCAL | | 301 | 0,00 | 312 | 0,00 | 323 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2. LUCRO TRIBUTÁVEL | | 302 | 15.999,89 | 313 | | 324 | | 400 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p align="center">Regime especial dos grupos de sociedades</p> <table border="0"> <tr> <td align="center"> <p>Soma algébrica dos resultados fiscais</p> <p>380</p> <p>Ajustamento REAID (art.º 5.º, n.º 1 al. b) do Anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 agosto)</p> <p>500 0,00</p> </td> <td align="center"> <p>Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)</p> <p>381 0,00</p> <p>Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período</p> <p>376</p> </td> <td align="center"> <p>Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)</p> <p>395 0,00</p> <p>Resultado fiscal do grupo</p> <p>382</p> </td> </tr> <tr> <td>Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime</td> <td>396</td> <td>Período</td> <td>396-A</td> <td>NIF</td> <td>396-B</td> </tr> <tr> <td>Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)</td> <td>398</td> <td>Período</td> <td>398-A</td> <td>NIF</td> <td>398-B</td> </tr> </table> | | | | | | | | | | <p>Soma algébrica dos resultados fiscais</p> <p>380</p> <p>Ajustamento REAID (art.º 5.º, n.º 1 al. b) do Anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 agosto)</p> <p>500 0,00</p> | <p>Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)</p> <p>381 0,00</p> <p>Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período</p> <p>376</p> | <p>Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)</p> <p>395 0,00</p> <p>Resultado fiscal do grupo</p> <p>382</p> | Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime | 396 | Período | 396-A | NIF | 396-B | Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5) | 398 | Período | 398-A | NIF | 398-B |
| <p>Soma algébrica dos resultados fiscais</p> <p>380</p> <p>Ajustamento REAID (art.º 5.º, n.º 1 al. b) do Anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 agosto)</p> <p>500 0,00</p> | <p>Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)</p> <p>381 0,00</p> <p>Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período</p> <p>376</p> | <p>Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)</p> <p>395 0,00</p> <p>Resultado fiscal do grupo</p> <p>382</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime | 396 | Período | 396-A | NIF | 396-B | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5) | 398 | Período | 398-A | NIF | 398-B | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prejuízos fiscais dedutíveis | 303 | | 314 | 0,00 | 325 | 0,00 | 401 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3) | 383 | 0,00 | 386 | 0,00 | 389 | 0,00 | 392 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5] | 384 | 0,00 | 387 | 0,00 | 390 | 0,00 | 393 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alteração da titularidade de mais de 50% do capital social ou da maioria dos direitos de voto - Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8) | 385 | 0,00 | 388 | 0,00 | 391 | 0,00 | 394 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3. DEDUÇÕES: Prejuízos fiscais deduzidos | 309 | 0,00 | 320 | 0,00 | 331 | 0,00 | 407 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante | 309.1 Período | 309.2 Montante | 320.1 Período | 320.2 Montante | 331.1 Período | 331.2 Montante | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Regime especial aplicável aos adquirentes de entidades consideradas empresas em dificuldade- art.º 15.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho | 309.3 Período | 309.4 Montante | 309.5 NIF da sociedade considerada empresa em dificuldade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Benefícios fiscais | 310 | 0,00 | 321 | 0,00 | 332 | 0,00 | 408 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4. MATÉRIA COLETÁVEL: (2 - 3) | 311 | 15.999,89 | 322 | | 333 | | 409 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF) | 336 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)</p> <p>399</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B) | 397 | 0,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5] | 397-A | | Período | 397-C | NIF | 397-E | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3) | 397-B | | Período | 397-D | NIF | 397-F | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Matéria Coletável do regime especial (campo 11 do quadro 04 do anexo G) | | | | | | | 300 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA, [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E, exceto o campo 300 | | | | | | | 346 | 15.999,89 | | | | | | | | | | | | | | | | |

| 10 | | CÁLCULO DO IMPOSTO | |
|---|-------|--|--|
| Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 50.000,00 de matéria coletável das PME ou SMC) (c. 311 do Q.09 da M22 ou C. 42 do Anexo E) x 17% | 347-A | 2.719,98 | |
| Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21% | 347-B | 0,00 | |
| Imposto a outras taxas (348 0,0 %) | 349 | 0,00 | |
| Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores | 350 | 0,00 | |
| Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira | 370 | 0,00 | |
| COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370) | 351 | | 2.719,98 |
| Derrama estadual (art.º 87.º-A) | 373 | 0,00 | |
| COLETA TOTAL (351 + 373) | 378 | | 2.719,98 |
| Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º) | 353 | 0,00 | |
| Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º-A) | 375 | 0,00 | |
| Benefícios fiscais | 355 | 0,00 | |
| Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI) | 470 | 0,00 | |
| Pagamento especial por conta (art.º 93.º) | 356 | 0,00 | |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) ≤ 378 | 357 | | |
| TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0 | 358 | | 2.719,98 |
| Resultado da liquidação (art.º 92.º) | 371 | | 0,00 |
| Retenções na fonte | 359 | 0,00 | |
| Pagamentos por conta (art.º 105.º) | 360 | 3.600,00 | |
| Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º-A) | 374 | 0,00 | |
| IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0 | 361 | | 0,00 |
| IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0 | 362 | | 880,02 |
| IRC de períodos anteriores | 363 | 0,00 | |
| Reposição de benefícios fiscais | 372 | 0,00 | |
| Derrama municipal | 364 | 232,00 | |
| Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378 | 379 | 0,00 | |
| Tributações autónomas | 365 | 1.346,47 | |
| Juros compensatórios | 366 | 0,00 | |
| Juros de mora | 369 | 0,00 | |
| TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0 | 367 | | 698,45 |
| TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0 | 368 | | 0,00 |
| 10-A JUROS COMPENSATÓRIOS | | | |
| Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10: | | | |
| Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração | 366-A | 0,00 | Juros compensatórios declarados por outros motivos |
| | | | 366-B |
| | | | 0,00 |
| 10-B TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11) | | | |
| Data da ocorrência: | | Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2): | |
| Ano | Mês | Dia | |
| 4 | | | |
| 1 <input type="checkbox"/> imediato [al. a)] | | 2 <input type="checkbox"/> diferido [al. b)] | |
| | | 3 <input type="checkbox"/> fracionado [al. c)] | |
| Valor do pagamento diferido ou fracionado | | IRC + Derrama estadual | Derrama municipal |
| 377-A | | 0,00 | 377-B |
| | | | 0,00 |
| Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B) | | 377 | 0,00 |
| TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0 | | 430 | 0,00 |
| TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0 | | 431 | 0,00 |
| 11 OUTRAS INFORMAÇÕES | | | |
| Total de rendimentos do período | 410 | 200.125,01 | Volume de negócios do período (a repartir no quadro 11-B, se for caso disso) |
| | | | 411 |
| | | | 200.124,97 |
| Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º | | 416 | 0,00 |
| Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11) | | 418 | |
| Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho] | | 423 | Sim <input type="checkbox"/> |
| Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária? | | 429 | Sim <input type="checkbox"/> |
| Ocorreu durante o ano de 2020 operação de fusão ao abrigo do regime especial previsto nos artigos 73.º e seguintes do Código do IRC? (n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho) | | 455 | Sim <input type="checkbox"/> |
| 11-A ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto | | | |
| Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod.22: | | Informação adicional: | |
| AID de perdas por imparidade em créditos abrangidos pelo REAID | 460 | 0,00 | Capital próprio |
| | | | 463 |
| | | | 0,00 |
| AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados abrangidos pelo REAID | 461 | 0,00 | Crédito Tributário |
| | | | 464 |
| | | | 0,00 |
| Outros AID | 462 | 0,00 | Data da entrada em liquidação |
| | | | 465 |
| | | | Ano |
| | | | Mês |
| | | | Dia |

| | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|------------|---|---------|---|-------------------------------------|----|
| 11-B REPARTIÇÃO DO VOLUME ANUAL DE NEGÓCIOS DO PERÍODO PELAS CIRCUNSCRIÇÕES (CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA) | | | | | | | | | | | |
| A empresa possui sucursais, delegações, agências, escritórios, instalações ou quaisquer formas de representação permanente sem personalidade jurídica própria em mais do que uma circunscrição? | | | | | | Sim | 6 | Não | 7 | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| Se respondeu sim, indique quais as circunscrições: | | | | | | Continente | 8 | Madeira | 9 | Açores | 10 |
| Volume global de negócios não isento | | | | | | 1 | | | | | |
| Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma da Madeira (RAM) | | | | | | 2 | | | | | |
| Volume de negócios, não isento, imputável às instalações situadas na Região Autónoma dos Açores (RAA) | | | | | | 3 | | | | | |
| Rácio 1 (RAM) = (campo 2 : campo 1) | | | | | | 4 | | | | | |
| Rácio 2 (RAA) = (campo 3 : campo 1) | | | | | | 5 | | | | | |
| Rácio 3 (CONTINENTE) = 1 - (rácio 1 + rácio 2) | | | | | | 22 | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|--|--|--|--|--|---|--|--|--|
| 12 RETENÇÕES NA FONTE | | | | | | | | | |
| N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF) | | | | | | 1 | | | |
| RETENÇÃO NA FONTE | | | | | | 2 | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|-----------------|-------------|-----|------|--------------------------|
| 13 TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS | | | | | | | | | | |
| ● Iniciou a atividade no período de tributação anterior àquele a que respeita a declaração? (art.º 88.º, n.º 15) | | | | | | Sim | 13.1 | Não | 13.2 | <input type="checkbox"/> |
| ● Se iniciou a atividade num dos períodos de tributação de 2021, 2022 ou 2023, indique a data de início de atividade | | | | | | 13.3 | Ano Mês Dia | | | |
| DESCRICÇÃO | | | | | | BASE TRIBUTÁVEL | | | | |
| Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7) | | | | | | 414 | 3.846,06 | | | |
| Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9) | | | | | | 415 | 0,00 | | | |
| Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11) | | | | | | 417 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88.º, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013) | | | | | | 420 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º 4) (regime em vigor até 31/12/2013) | | | | | | 421 | 0,00 | | | |
| Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)] | | | | | | 422 | 0,00 | | | |
| Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)] | | | | | | 424 | 0,00 | | | |
| Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016) | | | | | | 425 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)] | | | | | | 426 | 9.600,61 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)] | | | | | | 427 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)] | | | | | | 428 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18] | | | | | | 432 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18] | | | | | | 433 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18] | | | | | | 434 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 19] | | | | | | 435 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 19] | | | | | | 436 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 19] | | | | | | 437 | 0,00 | | | |
| Despesas não documentadas [art.º 88.º, n.ºs 1 e 2] (residentes que não exercem a título principal atividade comercial, industrial ou agrícola, regime simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF) | | | | | | 438 | 0,00 | | | |
| Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (residentes que não exercem a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, regime simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF) | | | | | | 439 | 0,00 | | | |
| Encargos relacionados com veículos movidos exclusivamente a energia elétrica com custo de aquisição superior a € 62.500,00 (art.º 88.º, n.º 20) | | | | | | 456 | 0,00 | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|-----------------|------|--|--|--|
| 13-A TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS - ZONA FRANCA DA MADEIRA (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF) | | | | | | | | | | |
| DESCRICÇÃO | | | | | | BASE TRIBUTÁVEL | | | | |
| Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7) | | | | | | 440 | 0,00 | | | |
| Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9) | | | | | | 441 | 0,00 | | | |
| Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11) | | | | | | 442 | 0,00 | | | |
| Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)] | | | | | | 443 | 0,00 | | | |
| Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)] | | | | | | 444 | 0,00 | | | |
| Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016) | | | | | | 445 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)] | | | | | | 446 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)] | | | | | | 447 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)] | | | | | | 448 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18] | | | | | | 449 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18] | | | | | | 450 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18] | | | | | | 451 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 19] | | | | | | 452 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 19] | | | | | | 453 | 0,00 | | | |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 19] | | | | | | 454 | 0,00 | | | |
| Encargos relacionados com veículos movidos exclusivamente a energia elétrica com custo de aquisição superior a € 62.500,00 (art.º 88.º, n.º 20) | | | | | | 457 | 0,00 | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|--------------|---------------------|-------------------|----------------|--------------------|---|---|-------------------------------|-----------------------------|--------------------|
| 14 CRÉDITO DE IMPOSTO POR DUPLA TRIBUTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL (CIDTJI) | | | | | | | | | | |
| 1 | 11 | 2 | 9 | 10 | 3 | Apuramento no período | | | 7 | 8 |
| Código do País | País com CDT | Tipo de rendimentos | Período do CIDTJI | Saldo caducado | Saldo não deduzido | 4 | 5 | 6 | Dedução efetuada no período | Saldo que transita |
| | | | | | | Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. a)] | Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)] | Crédito de imposto do período | | |
| TOTAL do CIDTJI com CDT | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL do CIDTJI sem CDT | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL do CIDTJI | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

BENEFÍCIOS FISCAIS

| | | | |
|-----------|--|-----------|----------------|
| 01 | N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF) | 02 | PERÍODO |
| 1 | 503231754 | 1 | 2023 |

03 RENDIMENTOS ISENTOS

| 031 | ISENÇÃO DEFINITIVA | RENDIMENTOS LÍQUIDOS | |
|------------|---|-----------------------------|------|
| | Pessoas coletivas de utilidade pública e de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC) | 301 | 0,00 |
| | Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF) | 302 | 0,00 |
| | Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF) | 303 | 0,00 |
| | Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14.º, n.º 2 do CIRC) | 313 | 0,00 |
| | Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente | 314 | 0,00 |
| | Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro) | 316 | 0,00 |
| | Outras isenções definitivas | 304 | 0,00 |

| 031-A | Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente | |
|--------------|--|----------|
| | Código do benefício | Montante |
| | | |

| 031-B | Campo 304 - Outras isenções definitivas | |
|--------------|--|----------|
| | Código do benefício | Montante |
| | | |

| 032 | ISENÇÃO TEMPORÁRIA | RENDIMENTOS LÍQUIDOS | |
|------------|--|-----------------------------|------|
| | Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF) | 305 | 0,00 |
| | Entidades gestoras de denominações de origem e indicações geográficas (art.º 52.º do EBF) | 306 | 0,00 |
| | Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF) | 307 | 0,00 |
| | Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF) | 308 | 0,00 |
| | Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF) | 309 | 0,00 |
| | Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF) | 310 | 0,00 |
| | Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)] | 311 | 0,00 |
| | Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente | 315 | 0,00 |
| | Rendimentos obtidos por entidades de gestão florestal (EGF) e unidades de gestão florestal (UGF) (art.º 59.º-G do EBF) | 317 | 0,00 |
| | Outras isenções temporárias | 312 | 0,00 |

| 032-A | Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente | |
|--------------|--|----------|
| | Código do benefício | Montante |
| | | |

| 032-B | Campo 312 - Outras isenções temporárias | |
|--------------|--|----------|
| | Código do benefício | Montante |
| | | |

04 DEDUÇÕES AO RENDIMENTO (a deduzir no campo 774 do quadro 07 da declaração)

| NORMATIVO LEGAL | | DEDUÇÃO EFETUADA | |
|------------------------|--|-------------------------|------|
| | Majoração dos encargos à criação de emprego (art.º 19.º do EBF) | 401 | 0,00 |
| | Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF] | 402 | 0,00 |
| | Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (art.º 42.º do EBF) | 403 | 0,00 |
| | Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º 1, al. c) e d) do EBF] | 404 | 0,00 |
| | Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF) | 405 | 0,00 |
| | Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF | 406 | 0,00 |
| | Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º do EBF - Mecenato social, desportivo e ambiental | 426 | 0,00 |
| | Majorações aplicadas aos donativos previstos no artigo 62.º-A do EBF - Mecenato científico | 427 | 0,00 |
| | Majorações aplicadas aos donativos previstos no artigo 62.º-B do EBF - Mecenato cultural | 428 | 0,00 |
| | Majorações aplicadas aos donativos relativos ao mecenato cultural extraordinário para 2021 e 2022 (art.º 397.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro e art.º 315.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho) | 432 | 0,00 |
| | Majoração quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC) | 407 | 0,00 |
| | Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF) | 408 | 0,00 |
| | Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) | 409 | 0,00 |
| | Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC) | 412 | 0,00 |

| 04 | DEDUÇÕES AO RENDIMENTO (a deduzir no campo 774 do quadro 07 da declaração) (Cont.) | |
|----|---|-------------------|
| | NORMATIVO LEGAL | DEDUÇÃO EFETUADA |
| | Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF) | 413 0,00 |
| | Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF) | 414 0,00 |
| | Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF) | 415 0,00 |
| | Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF) | 416 0,00 |
| | Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF) | 417 0,00 |
| | Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum e encargos com defesa da floresta (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF) | 418 0,00 |
| | Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59.º-E do EBF) | 419 0,00 |
| | Majorações dos gastos e perdas no âmbito de parcerias de títulos de impacto social (art.º 19.º-A do EBF) | 420 0,00 |
| | Majorações dos gastos e perdas relativos a obras de conservação e manutenção dos prédios ou parte de prédios afetos a lojas com história reconhecidas pelo município (art.º 59.º-I do EBF) | 421 0,00 |
| | Majoração do aumento das depreciações e amortizações, prevista no do art.º 8.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro | 422 0,00 |
| | Majoração das depreciações fiscalmente aceites de elementos do ativo fixo tangível correspondentes a embarcações eletrossolares ou exclusivamente elétricas (art.º 59.º-J do EBF) | 423 0,00 |
| | Rendimentos e ganhos que não sejam mais-valias fiscais a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 268.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março | 424 0,00 |
| | Rendimentos prediais resultantes de contratos de arrendamento ou subarrendamento habitacional enquadrados no Programa de Arrendamento Acessível (art.º 20.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio). | 425 0,00 |
| | Rendimentos prediais obtidos no âmbito dos programas municipais de oferta para arrendamento habitacional a custos acessíveis (art.º 71.º, n.º 27 do EBF) | 429 0,00 |
| | Majorações dos gastos suportados com a aquisição de passes sociais em benefício do pessoal (art.º 43.º, n.º 15 do CIRC) | 430 0,00 |
| | Despesas com aquisição de bens e serviços diretamente necessários para a implementação dos desenvolvimentos que permitam assegurar a prévia submissão do ficheiro SAFT-PT relativo à contabilidade no âmbito da IES e do código único do documento (ATCUD), nos termos previstos no n.º 1 do artigo 316.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho. | 431 0,00 |
| | Majoração das despesas elegíveis, incorridas nos períodos de 2021 e 2022, no âmbito de participação conjunta em projetos de promoção externa (art.º 400.º, n.º 1 da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro) | 433 0,00 |
| | Majorações dos gastos referentes a consumos de electricidade e gás natural, na parte em que excedam os do período anterior, deduzidos de eventuais apoios nos termos do Decreto-Lei n.º 30-B/2022, de 18 de abril (art.º 231.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) | 434 0,00 |
| | Majorações dos gastos referentes ao regime extraordinário de apoio a encargos suportados na produção agrícola (art.º 232.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) | 435 0,00 |
| | Majorações dos encargos correspondentes ao aumento determinado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho dinâmica relativos a trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado (art.º 19.º-B do EBF) | 436 0,00 |
| | Regime fiscal de incentivo à capitalização das empresas [(ICE) art.º 43.º-D do EBF] | 437 780,11 |
| | Majoração dos encargos correspondentes à criação líquida de postos de trabalho (art.º 41.º-B, n.º 6 do EBF) | 438 0,00 |
| | Diferencial do coeficiente do apoio extraordinário ao arrendamento (art.º 3.º, n.º 3 da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro) | 439 0,00 |
| | Outras deduções ao rendimento | 410 0,00 |
| | TOTAL DAS DEDUÇÕES (401 + + 409 + 412 + ... + 435 + ... + 439 + 410) | 411 780,11 |

| 04-A | Campo 410 - Outras deduções ao rendimento | |
|------|---|----------|
| | Código do benefício | Montante |
| | | |

| 04-B | Campo 424 - INFORMAÇÃO ADICIONAL (art.º 268.º do CIRE) | |
|------|---|--|
| | Ocorreu no período de tributação um dos factos previstos no art.º 268.º do CIRE? | Sim <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> |
| | Em caso afirmativo, indique: | |
| | • Mais-valias fiscais isentas nos termos do art.º 268.º, n.º 1 | <input type="text"/> 3 <input type="text"/> 0,00 |
| | • Variações patrimoniais positivas isentas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 268.º, n.ºs 1 e 2) | <input type="text"/> 4 <input type="text"/> 0,00 |
| | • Gastos ou perdas dedutíveis apurados pelo credor em resultado da redução de créditos (art.º 268.º, n.º 3) | <input type="text"/> 5 <input type="text"/> 0,00 |

| 04-C Campo 437 - INFORMAÇÃO ADICIONAL [(ICE) art.º 43.º-D do EBF] | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|--|---|---|--|----|--|
| 04-C1 Apuramento do benefício do período | | | | | | | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | | | |
| N.º de linha | Período | Aumento dos capitais próprios elegíveis (al. a) do n.º 6 do art.º 43.º-D) | Saídas elegíveis em dinheiro ou em espécie (Subalínea ii) da alínea b) do n.º 6 do art.º 43.º-D) | Aumentos líquidos dos capitais próprios elegíveis do período (alínea b) do n.º 6 do art.º 43.º-D) (coluna 3 - coluna 4) | Somatório dos valores apurados (n.º 3 do art.º 43.º-D) | Benefício fiscal potencial (coluna 6 x taxa) | 30% do EBITDA (al. b) do n.º 4 do art.º 43.º-D) | Benefício fiscal no período (n.º 4 do art.º 43.º-D) | | | |
| 1 | 2023 | 15.602,24 | | 15.602,24 | 15.602,24 | 780,11 | 9.297,60 | 780,11 | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 04-C2 Apuramento da dedução do período | | | | | | | | | | | |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | | | | | | |
| N.º de linha | Excesso do período a reportar (n.º 5 do art.º 43.º-D) | Reporte de períodos anteriores (n.º 5 do art.º 43.º-D) | Discriminação do reporte utilizado por período e montante (n.º 5 do art.º 43.º-D) | Dedução do período | Saldo a reportar | | | | | | |
| 1 | | | | 780,11 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| Discriminação do reporte utilizado por período e montante | | | 13.0 N.º de linha | 13.1 Período | 13.2 Montante | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 041 TRANSMISSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA SOCIEDADE FUNDIDA OU CINDIDA OU DA SOCIEDADE CONTRIBUIDORA (art.º 75.º-A do CIRC) | | | | | | | | | | | |
| Código do benefício | | | | NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora | | Montante | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 12 REGIME ESPECIAL DE TRANSMISSIBILIDADE DE PREJUÍZOS FISCAIS APLICÁVEL AOS ADQUIRENTES ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020, DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DE ENTIDADES CONSIDERADAS EMPRESAS EM DIFICULDADE (Artigo 15.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho) | | | | | | | | | | | |
| 12.1 Informação a comunicar pela sociedade adquirente | | | | | | | | | | | |
| 01 | NIF da empresa em dificuldade | 02 | Data de aquisição da participação | 03 | Percentagem média de detenção direta da empresa adquirente no capital com direito de voto da empresa em dificuldade | 04 | Período de apuramento dos prejuízos fiscais vigentes transmitidos | 05 | Prejuízos fiscais vigentes (saldo) | 06 | Montante dos prejuízos fiscais vigentes transmitidos (Coluna 03 x coluna 05) |
| | | | | | % | | | | | | |
| 12.2 Informação a comunicar pela sociedade considerada empresa em dificuldade | | | | | | | | | | | |
| Autorizo a transmissão dos prejuízos fiscais para a sociedade adquirente (n.º 3 do artigo 3.º do anexo IV da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho) Sim <input checked="" type="checkbox"/> | | | | | | | | | | | |
| 01 | NIF da sociedade adquirente da participação social | 02 | Percentagem média da participação direta da empresa adquirente no capital com direito de voto da empresa em dificuldade | 03 | Período de apuramento dos prejuízos fiscais vigentes | 04 | Prejuízos fiscais vigentes (saldo) | 05 | Montante dos prejuízos fiscais vigentes transmitidos (alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do anexo IV) (Coluna 02 x coluna 04) | | |
| | | | % | | | | | | | | |
| 11 DEDUÇÕES À MATÉRIA COLETÁVEL (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração) | | | | | | | | | | | |
| 111 COLETIVIDADES DESPORTIVAS (art.º 54.º, n.º 2 do EBF) | | | | | | | | | | | |
| Saldo não deduzido no período anterior | | | Dotação do período | | Dedução do período | | Saldo que transita para período(s) seguinte(s) | | | | |
| 1111 | 0,00 | 1112 | 0,00 | 1113 | 0,00 | 1114 | 0,00 | 0,00 | | | |
| 05 SOC. GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (SGPS), SOC. DE CAPITAL DE RISCO (SCR) E INVESTIDORES DE CAPITAL DE RISCO (ICR) | | | | | | | | | | | |
| Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF) | | | | | | | 501 | 0,00 | | | |
| Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF) | | | | | | | 502 | 0,00 | | | |

| 06 ENTIDADES LICENCIADAS NA ZONA FRANCA DA MADEIRA | | Ano Mês Dia | | |
|--|-------|---|-------|-------------------------------------|
| Data do licenciamento | 601 | | | |
| Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF) | 604 | Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF) | 605 | |
| Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade (art.º 36.º ou 36.º-A, n.º 2 do EBF) | 602 | | | |
| Número de postos de trabalho mantidos (art.º 36.º, 4 e art.º 36.º-A, n.º 5 do EBF): | 606 | • No início do período de tributação | 607 | • No final do período de tributação |
| Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade | 603 | | | |
| Discriminação: Ano do investimento | 603.1 | Montante investido | 603.2 | |

| 061 APURAMENTO DO LIMITE MÁXIMO APLICÁVEL AOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO PERÍODO (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF) | |
|---|----------|
| Benefício correspondente à diferença: | |
| • Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF) | 608 0,00 |
| • Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF) | 609 0,00 |
| • Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF) | 610 0,00 |
| • Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF) | 611 0,00 |
| Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF) | 612 0,00 |
| Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF) | 613 0,00 |
| TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613) | 614 0,00 |
| Valor acrescentado bruto obtido no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF] | 615 |
| Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF] | 616 |
| Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF] | 617 |
| Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração) | 618 0,00 |

| 07 DEDUÇÕES À COLETA (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração) | |
|--|--|
|--|--|

| 071 BENEFÍCIOS FISCAIS CONTRATUAIS AO INVESTIMENTO (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06) | | | | | | | | |
|--|------------|---------------------------------------|------------------------------------|--|------------------------|------------------------|--|--|
| 700 NIF da soc. Individual (RETGS) | 01 Diploma | 02 Período a que respeita o benefício | 03 Saldo não dedutível ou caducado | 701 Saldo não deduzido no período anterior | 702 Dotação do período | 703 Dedução do período | 704 Saldo que transita para período seguinte | |
| TOTAL | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| 071-A RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher por todas as sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|--|---|--|---|--|------|
| 01 Diploma | 02 Período a que respeita o benefício | 03 Saldo não dedutível ou caducado real na declaração do grupo | 04 Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo | 05 Dotação do período na declaração do grupo | 06 Dedução utilizada na declaração de grupo | 07 Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo | |
| TOTAL | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| 072 PROJETOS DE INVESTIMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12) | | | | | |
|--|--------------------|----------|--------------------|--|--|
| Saldo não deduzido no período anterior | Dotação do período | | Dedução do período | | Saldo que transita para período seguinte |
| 705 0,00 | 706 0,00 | 707 0,00 | 708 0,00 | | |

| 073 SIFIDE - SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (Lei n.º 40/2005, de 3/8) E SIFIDE II (art.º 133.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06) | | | | | | | | |
|---|------------|---------------------------------------|------------------------------------|--|------------------------|------------------------|--|--|
| 743 NIF da soc. Individual (RETGS) | 01 Diploma | 02 Período a que respeita o benefício | 03 Saldo não dedutível ou caducado | 709 Saldo não deduzido no período anterior | 710 Dotação do período | 711 Dedução do período | 712 Saldo que transita para período seguinte | |
| TOTAL | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| 073-A RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher por todas as sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|--|---|--|---|--|------|
| 01 Diploma | 02 Período a que respeita o benefício | 03 Saldo não dedutível ou caducado real na declaração do grupo | 04 Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo | 05 Dotação do período na declaração do grupo | 06 Dedução utilizada na declaração de grupo | 07 Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo | |
| TOTAL | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| 074 REGIME FISCAL DE APOIO AO INVESTIMENTO (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26.º a 32.º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06) | | | | | | | | |
|--|------------|---------------------------------------|------------------------------------|--|------------------------|------------------------|--|--|
| 744 NIF da soc. Individual (RETGS) | 01 Diploma | 02 Período a que respeita o benefício | 03 Saldo não dedutível ou caducado | 713 Saldo não deduzido no período anterior | 714 Dotação do período | 715 Dedução do período | 716 Saldo que transita para período seguinte | |
| TOTAL | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| 074-A RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher por todas as sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------|-------|------------------------------------|------|---|------|--|------|---|------|--|------|---|
| 01 | Diploma | 02 | Período a que respeita o benefício | 03 | Saldo não dedutível ou caducado real na declaração do grupo | 04 | Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo | 05 | Dotação do período na declaração do grupo | 06 | Dedução utilizada na declaração de grupo | 07 | Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo |
| | | TOTAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| 076 CRÉDITO FISCAL EXTRAORDINÁRIO AO INVESTIMENTO - CFEI II (artigo 16.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho) | | | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|-------|------------------------------------|------|--|------|--------------------|------|--------------------|------|--|
| 01 | NIF da soc. Individual (RETGS) | 02 | Período a que respeita o benefício | 722 | Saldo não deduzido no período anterior | 723 | Dotação do período | 724 | Dedução do período | 725 | Saldo que transita para período seguinte |
| | | TOTAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| 076-A RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher por todas as sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo | | | | | | | | | |
|--|------------------------------------|-------|--|------|---|------|--|------|---|
| 01 | Período a que respeita o benefício | 02 | Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo | 03 | Dotação do período na declaração do grupo | 04 | Dedução utilizada na declaração de grupo | 05 | Saldo que transita para período seguinte na declaração de grupo |
| | | TOTAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| 079 IFPC - INCENTIVO FISCAL À PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL (Artigo 59.º-F do EBF e Portaria n.º 89.º-A/2017, de 19 de abril) | | | | | | | | |
|--|------------------------|---------------------------|--|-------------------------------|--------------------|--|--------------------|--|
| 790 | 791 | 792 | 793 | 794 | 795 | 796 | 797 | 798 |
| N.º de identificação da obra | Data do início da obra | Data de conclusão da obra | Saldo não deduzido no período anterior | Valor do incentivo no período | Dedução do período | Saldo que transita para período seguinte | Valor a reembolsar | Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22) |
| | | | TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| 079-A IFPC - INCENTIVO FISCAL À PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA E AUDIOVISUAL - ENCARGOS SUPORTADOS COM VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS, VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS, MOTOS E MOTOCICLOS, EXCLUÍDOS DE TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA NOS TERMOS DO ART.º 59.º-H DO EBF | |
|---|----------------------|
| TIPO DE VIATURAS | MONTANTE DE ENCARGOS |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)] | 1 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)] | 2 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)] | 3 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18] | 4 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18] | 5 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 50 km e emissões oficiais inferiores a 50 gCO ₂ /km, e de viaturas ligeiras de passageiros movidas a gás natural veicular (GNV) - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18] | 6 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA < € 27.500,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 19] | 7 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA ≥ € 27.500,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 19] | 8 |
| Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 19] | 9 |

| 0710 INCENTIVO FISCAL À RECUPERAÇÃO - IFR (artigo 307.º da Lei n.º12/2022, de 27 de junho) | | | | | | | | | |
|--|--------------------------------|-------|--|------|------------------------------|------|--------------------|------|--|
| Montante das despesas de investimentos elegíveis no período | | | | A | 0,00 | | | | |
| Montante da média aritmética simples das despesas de investimento elegíveis nos períodos de tributação anteriores (n.º 3 do artigo 3.º do anexo III) | | | | B | | | | | |
| 01 | NIF da soc. Individual (RETGS) | 02 | Saldo não deduzido no período anterior | 03 | Montante do benefício fiscal | 04 | Dedução do período | 05 | Saldo que transita para período seguinte |
| | | TOTAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

| 0710-A RETGS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (a preencher por todas as sociedades que integram o grupo) - utilização do benefício no âmbito do grupo | | | | | | | |
|---|--|-------|------------------------------|------|-----------------------------|------|--|
| 01 | Saldo não deduzido no período anterior à coleta do grupo | 02 | Montante do benefício fiscal | 03 | Dedução do período no grupo | 04 | Saldo que transita para período seguinte |
| | | TOTAL | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| 075 OUTRAS DEDUÇÕES À COLETA | |
|--|------------------|
| Normativo legal | Dedução efetuada |
| Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22 /1) | 717 0,00 |
| Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/1) | 726 0,00 |
| Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36.º, n.º 5 e 36.º-A, n.º 6 do EBF) | 718 0,00 |
| Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF) | 719 0,00 |
| Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.ºs 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06) | 727 0,00 |
| Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF) | 728 0,00 |
| | 720 0,00 |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES [703+707+711+715+724+795+04(Q.0710)+717+726+718+719+727+728+720] | 721 0,00 |

| | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|---|---|--|---|--|---------------------------|---|-------|
| 077 | TRANSMISSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA SOCIEDADE FUNDIDA OU CINDIDA OU DA SOCIEDADE CONTRIBUIDORA (art.º 75.º-A do CIRC) | | | | | | | | | | | |
| 729 | NIF sociedade fundida, cindida ou contribuidora | 01 | Diploma | 02 | Período a que respeita o benefício | 730 | Saldo do benefício transmitido | 731 | Dotação do período | | | |
| | | | | | | TOTAL | | 0,00 | | 0,00 | | |
| 078 | INCENTIVOS SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para períodos de tributação de 2015 e 2016) | | | | | | | | | | | |
| 746 | Código do benefício | 735 | Região elegível (art.º 43.º do CFI) | 736 | Código CAE da atividade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12) | 737 | Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI) | Incentivos | | | | |
| | | | | | | | Fiscais | | 740 | Não Fiscais | 741 | Total |
| | | | | | | | 738 | IRC | 739 | IMI, IMT e SELO | | |
| Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro | | | | | | | | | | | | |
| Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> | | | | | | | | | | | | |
| 078-A | INCENTIVOS SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para os períodos de tributação de 2017 e seguintes) | | | | | | | | | | | |
| 078-A1 | Informação relativa a projetos de investimento de âmbito regional | | | | | | | | | | | |
| Projeto de investimento/Incentivo | | | | | | Aplicações relevantes previstas | | | | | | |
| 782 | 750 | 751 | 752 | 753 | 754 | 755 | 756 | 757 | 758 | 759 | | |
| N.º linha | Tipo | N.º projeto/Código do incentivo | Data de início do investimento | Data de fim do investimento | Tipologia de investimento | Identificação oficial do incentivo financeiro | Região elegível | Código CAE | Montante total | Montante total atualizado | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| 078-A2 | Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - Valores do período de tributação | | | | | | | | | | | |
| 760 | Aplicações relevantes realizadas | | Financeiro | | IRC | | IMI | | IMT | SELO | 771 | |
| N.º linha | 761 | 762 | 763 | 764 | 765 | 766 | 767 | 768 | 769 | 770 | Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/ utilizados | |
| | Montante | Montante atualizado | Montante usufruído | Montante usufruído atualizado | Montante utilizado | Montante atualizado | Montante utilizado | Montante atualizado | Montante utilizado | Montante utilizado | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| 078-A3 | Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - Valores atualizados acumulados | | | | | | | | | | | |
| 772 | Aplicações relevantes realizadas | | Financeiro | IRC | IMI | IMT | SELO | 779 | 780 | 781 | | |
| N.º linha | 773 | 774 | 775 | 776 | 777 | 778 | Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/ utilizados | Intensidade de auxílio acumulada (em %) | Montante a inscrever no campo 372 do Q. 10 da M.22 | | | |
| | Montante acumulado atualizado | Montante usufruído atualizado | Montante atualizado | Montante atualizado | Montante utilizado | Montante utilizado | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |
| 08 | DONATIVOS (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF) | | | | | | | | | | | |
| TIPO DONATIVO | | | | NIF DA ENTIDADE DONATÁRIA | | | | VALOR DONATIVO | | | | |
| 801 | | | | 802 | | | | 803 | | | | |
| 804 | | | | 805 | | | | 806 | | | | |
| 807 | | | | 808 | | | | 809 | | | | |
| 810 | | | | 811 | | | | 812 | | | | |
| 813 | | | | 814 | | | | 815 | | | | |
| 816 | | | | 817 | | | | 818 | | | | |
| 819 | | | | 820 | | | | 821 | | | | |
| 822 | | | | 823 | | | | 824 | | | | |
| 825 | | | | 826 | | | | 827 | | | | |
| 828 | | | | 829 | | | | 830 | | | | |
| 831 | | | | 832 | | | | 833 | | | | |
| 834 | | | | 835 | | | | 836 | | | | |
| 837 | | | | 838 | | | | 839 | | | | |
| 840 | | | | 841 | | | | 842 | | | | |
| 843 | | | | 844 | | | | 845 | | | | |
| 846 | | | | 847 | | | | 848 | | | | |
| 849 | | | | 850 | | | | 851 | | | | |
| 852 | | | | 853 | | | | 854 | | | | |
| 855 | | | | 856 | | | | 857 | | | | |

| 09 | | INCENTIVOS FISCAIS SUJEITOS À REGRA DE MINIMIS | | | | | |
|--|------|---|------------|-------------|------------------|--------|------|
| TOTAL DOS INCENTIVOS DE ANOS ANTERIORES (DE NATUREZA FISCAL E NÃO FISCAL) | | | | | | | |
| N-2 | 0000 | 901 | N-1 | 0000 | 902 | | |
| INCENTIVOS DO ANO | | | | | | | |
| Incentivos de natureza não fiscal | | | | | 903 | 0,00 | |
| Incentivos de natureza fiscal | | | | | | | |
| Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC | | 904-A | 0,00 | | | | |
| Redução da taxa do IRC aplicável às PME e empresa de pequena-média capitalização (Small Mid Cap), aos primeiros €50.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRCS) | | 904-B | 640,00 | | | | |
| Redução de taxa - Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do Interior (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF) | | 904-C | 0,00 | | | | |
| Redução de taxa - Benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do interior (artigo 19.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 28.º-A/2021/M, de 30 de dezembro (R. A. Madeira) e artigo 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro (R.A. Açores). | | 904-J | 0,00 | | | | |
| Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º 1, al. b) e n.º 5 do CFI, revogado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC | | 904-D | 0,00 | | | | |
| Derrama municipal (art.º 18.º, n.º 25 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) | | 904-E | 0,00 | | | | |
| Majoração de 20% à dedução máxima por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) pelas PME (art.º 41.º-B, n.º 4 do EBF) | | 904-F | 0,00 | | | | |
| Majoração das despesas de investimento relacionadas com a promoção da internacionalização (art.º 400.º n.ºs 7 e 8 da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro) x taxa do IRC | | 904-G | 0,00 | | | | |
| Majoração das despesas de investimento relacionadas com a promoção da internacionalização nos setores das pescas e da aquicultura (art.º 400.º n.º 9 da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro) x taxa do IRC | | 904-H | 0,00 | | | | |
| Majoração das despesas de investimento relacionadas com a promoção da internacionalização no setor da produção agrícola primária (art.º 400.º n.º 10 da Lei n.º 75.º-B/2020, de 31 de dezembro) x taxa do IRC | | 904-I | 0,00 | | | | |
| Majorações dos gastos referentes ao regime extraordinário de apoio a encargos suportados na produção agrícola x taxa do IRC | | 904-K | 0,00 | | | | |
| TOTAL DOS INCENTIVOS DO ANO DE NATUREZA FISCAL (904-A + ... + 904-K) | | | | | 904 | 640,00 | |
| TOTAL DOS INCENTIVOS DO TRIÉNIO (901+ 902 + 903 + 904) | | | | | 905 | 640,00 | |
| IRC A REGULARIZAR (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração) | | | | | 906 | 0,00 | |
| Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de <i>minimis</i>) | | | | | 907 | NIF | |
| 10 | | INCENTIVOS FISCAIS À INTERIORIDADE LIGADOS AO INVESTIMENTO SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do Q. 10 da declaração | | | | | |
| Investimentos elegíveis | | TANGÍVEL | INTANGÍVEL | TOTAL | | | |
| | | 1001 | 0,00 | 1002 | 0,00 | 1003 | 0,00 |
| AUXÍLIOS AO INVESTIMENTO | | | | | | | |
| Redução dos encargos com a segurança social X (1 - taxa do IRC) | | | | | 1004 | 0,00 | |
| Majoração das depreciações | | MAJORAÇÃO | | TAXA DO IRC | VALOR DO AUXÍLIO | | |
| | | 1005 | 0,00 | 1006 | 0,0 % | 1007 | 0,00 |
| Majorações dos encargos com a segurança social | | 1008 | 0,00 | 1009 | 0,0 % | 1010 | 0,00 |
| Majorações do crédito fiscal ao investimento | | | | | 1011 | 0,00 | |
| Outros | | | | | 1012 | 0,00 | |
| TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004+1007+1010+1011+1012) | | | | | 1013 | 0,00 | |
| Taxa de auxílio | | | | | 1014 | 0,0 | |
| Taxa máxima legal aplicável | | | | | 1015 | 0,0 | |
| EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração) | | | | | 1016 | 0,00 | |
| 11-A | | INFORMAÇÃO ADICIONAL RELATIVA AO REGIME APLICÁVEL ÀS ENTIDADES LICENCIADAS NA ZFM E AOS AUXÍLIOS DE ESTADO COM FINALIDADE REGIONAL | | | | | |
| Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF | | | | | 3 | NIF | |